

**A DISSIDÊNCIA DE GÊNERO E OS IMPERATIVOS DE UMA  
MASCULINIDADE HEGEMÔNICA:  
DAS DISCURSIVIDADES E DAS SUBJETIVIDADES**

*Lisandra Amparo Ribeiro Pimentel (UNEB-Campus I)*

[lispiment@hotmail.com](mailto:lispiment@hotmail.com)

**RESUMO**

Há até pouco tempo, não se pensava a performatividade de gênero em uma perspectiva para além do binarismo, até que os estudos de gênero propiciaram a plurificação de subjetividades, o que acabou por ascender debates acerca de formações discursivas em torno dos imperativos de ser, de saber e de poder em uma sociedade heteronormativa. Assim, o presente artigo objetiva analisar como o conceito de masculinidade se intersecciona ao de virilidade compulsória em marcações enunciativas do ser homem frente à agência de corporeidades dissidentes, tomando-se como aporte teórico os postulados de Foucault, Butler e de Bourdieu. Para tanto, realiza-se uma revisão de literatura nos últimos anos, materializada por uma pesquisa bibliográfica, de cunho qualitativo. Resultados: o argumento da hegemonia e de uma hierarquia de gênero ainda são os principais coeficientes de uma pseudojustificação dos imperativos de masculinidade sobre os mais diferentes corpos. Conclui-se que as subjetividades dissidentes são marcadas por uma pretensa masculinidade hegemônica, que se alicerça e se legitima simbolicamente por discursividades que se inscrevem em uma heteronorma excludente.

**Palavras-chave:**

Discursividades. Masculinidades. Subjetividades.

**ABSTRACT**

Until recently, gender performativity was not thought of from a perspective beyond binarism, until gender studies provided the plurification of subjectivities, which ended up giving rise to debates about discursive formations around of the imperatives of being, knowledge and power in a hetero-normative society. Thus, this article aims to analyze how the concept of masculinity intersects with that of compulsory virility in enunciative markings of being a man in the face of the agency of dissident corporeities, taking Foucault's and Bourdieu's postulates as a theoretical contribution. To this end, a review of the literature in recent years is carried out, materialized by a bibliographical research, of a qualitative nature. Results: the argument of hegemony and a gender hierarchy are still the main coefficients of a pseudojustification of the imperatives of masculinity on the most different bodies. It is concluded that the dissident subjectivities are marked by an alleged hegemonic masculinity, which is grounded and symbolically legitimized by discursivities that are inscribed in an excluding heteronorm.

**Keywords:**

Discursiveness. Masculinities. Subjectivities

## 1. Introdução

Um dia / Vivi a ilusão de que ser homem bastaria / Que o mundo masculino tudo me daria/ Do que eu quisesse ter. Que nada / Minha porção mulher, que até então se resguardara / É a porção melhor que trago em mim agora/ É que me faz viver. Quem dera/ Pudesse todo homem compreender, oh, mãe, quem dera/ Ser o verão o apogeu da primavera / E só por ela ser. Quem sabe/ O Super-homem venha nos restituir a glória / Mudando como um deus o curso da história / Por causa da mulher. (GILBERTO GIL, 2015)

Essa canção de Gilberto Gil traz reflexões sobre o ser, o estar, o devir de um “Super-homem” em crise (suposições acerca de uma masculinidade hegemônica); muitos são os percursos porque perpassam as pautas das generificações. Os debates sobre as performatividades de gênero têm-se arvorado por diferentes campos acadêmicos, encetando estudos sobre a ordem das subjetividades, das masculinidades, das autorizações, das legitimações, dos silenciamentos. Na cena dos processos de subjetivação, acionado a análise de discurso de Foucault, pode-se afirmar que a construção da ‘masculinidade’ perpassa por discursividades erigidas a partir das diferenças e de uma hierarquia de gênero delineada à tímica dos privilégios do masculino em detrimento da equidade de gênero em dada conjuntura social.

Ao dar ênfase às relações sociais entre os sexos, o conceito de gênero possibilita um traçado de desigualdades entre homens e mulheres, o que acaba delineando as relações de poder em diferentes corpos sociais (Cf. FARAH, 2004). Da esfera pública à privada, as relações de dominação e de subordinação se costumam a um jogo de autorizações e de legitimações à tímica dos privilégios aos homens e das abnegações às demais corporeidades.

O objeto de estudo aqui é a relação dos efeitos de sentido dos imperativos de uma masculinidade hegemônica no processo de produção de subjetividades que se inscrevem na dissidência de gênero. Nesse sentido, percebe-se que outras corporeidades para além do masculino, sobretudo as dissidentes, deliberadamente, são atravessadas por imperativos de uma masculinidade que se pressupõe hegemônica na medida em que encontram ecos consonantes e dissonantes nas áreas de conhecimento que lhe conferem ou lhe destituem legitimidade.

Em se falando de hegemonia, difícil costurar esse conceito ao da masculinidade, dada à pluralidade de características que, ao longo dos séculos, pôde-se flagrar e às relações de domínios e de influências que circunscrevem esse tema. Em vista disso, o presente artigo objetiva ana-

lisar como o conceito de masculinidade se intersecciona ao de virilidade compulsória em marcações enunciativas do ser homem frente à agência de corporeidades dissidentes.

Para tanto, construiu-se um percurso de análise do discurso a partir dos estudos de Michel Foucault sobre o processo de subjetivação, os regimes de verdade e a produção de saberes, em um exercício etnográfico cunhado pelo método arqueológico e genealógico desse teórico. Da revisão literária acerca dos Estudos de gênero e dos Estudos Queer, desenvolve-se uma pesquisa bibliográfica sobre os conceitos de masculinidade e de virilidade enquanto elementos de constituição de subjetividades, essencialmente por práticas discursivas.

## **2. *Das Subjetividades e das Discursividades: esculpindo o “macho viril” pretensamente hegemônico***

De início, uma narrativa de diferenciação entre os sexos resvala-se na fisiologia e na anatomia, estipulando um referencial de superioridade que se baliza pelo império do falo e se engendra por uma hierarquia entre corpos, alocando as subjetividades em um estado contínuo de antagonismo e abjeção (Cf. MIRANDA; SCHIMANSKI, 2014; MUNIZ JR; BARBALHO, 2020). No entalhamento “do macho”, são cravejadas características de reconhecimento e ritos de moldagem, dentre as quais está a virilidade, que ocupa lugar de destaque na prateleira de atributos que tanto valorizam quanto objetificam corpos em um ponto de intersecção com a performatividade sexual.

Diferentemente do sujeito (simulacro discursivo sustentado pelas relações de poder-saber), para Foucault, o corpo preexiste como superfície, que sofre ações historicamente fundamentadas e elaboradas em tecnologias distintas e que funciona como uma espécie de cabedal para os processos de subjetivação. Assim, o corpo, a partir do século XVIII, passou a ser visto como uma:

[...] uma superfície que se mantém ao longo da história. Sintetizando, pode-se dizer que, para Foucault, o corpo é um ente, composto por carne, ossos, órgãos e membros, isto é, matéria, literalmente um lócus físico e concreto. Essa matéria física não é inerte, sem vida, mas sim uma superfície moldável, transformável, remodelável por técnicas disciplinares [...] que sofre a ação das relações de poder que compõem tecnologias políticas específicas e históricas (MENDES, 2006, p. 168)

Em face de uma normatividade, diga-se, de uma heteronormatividade, promove-se um processo disciplinador que paulatinamente inflige

às corporeidades uma ordem naturalizadora de comportamentos, de formas de se vestir, de falar, de andar, de estar, logo de ser. Uma vez controlado, docilizado, operacionalizado, manipulado; o corpo – sujeitado – se manifesta útil, funcional; lógica essa que se pauta na ideia de que as subjetividades podem ser treinadas para atuar em prol de um propósito, desde que devida, coercitiva e hierarquicamente vigiadas, salienta Foucault (2004).

A sujeição é literalmente a feitura de um sujeito, o princípio de regulação segundo o qual um sujeito é formulado ou produzido. Essa sujeição é um tipo de poder que não só unilateralmente age sobre determinado indivíduo como forma de dominação, mas também ativa ou forma o sujeito (BUTLER, 2018, p. 90)

A esse respeito – da virilidade –, Bourdieu (2003) assinala que esse atributo se constitui em uma relação forjada entre os homens e aversa à feminilidade. Na ordem social, de forma arbitrária, engendra-se uma realidade sexuada, paulatinamente, tecida por princípios, por ideais, por diferenciações que dotam o masculino de domínios não compartilhados por outros corpos. Em uma trama sexualizante, “forças simbólicas” roteirizam e institucionalizam os modos de ser, de estar, de fazer, de viver; uma divisão de papéis, de tarefas, de acessos é planeada ideologicamente em favor dos homens – na família, na escola, na igreja, na academia, no mercado de trabalho.

[...] força simbólica é uma forma de poder que se exerce sobre os corpos, diretamente, e como que por magia, sem qualquer coação física; mas essa magia só atua com o apoio de pré-disposições colocadas, como molas propulsoras, na zona mais profunda dos corpos. (BOURDIEU, 2003, p. 50)

Sobre essa base simbólica, amainam-se as definições de papéis de gênero: aos homens, são destinados os espaços públicos, o poder, a liberdade, a soberania; às mulheres, reservaram-se a subserviência, o cuidado, a obediência, o espaço privado. Essas cercanias ideológicas, territoriais e filosóficas que vêm-se perdurando por séculos condicionam os corpos a comportamentos e a formas de pensar a partir de papéis histórica e socio-culturalmente alijados à supremacia masculina.

[...] princípio da inferioridade e da exclusão das mulheres, que o sistema mítico-ritual ratifica e amplia, a ponto de fazer dele o princípio de divisão de todo o universo, não é mais que a dissimetria fundamental, a do sujeito e do objeto, do agente e do instrumento, instaurada entre o homem e a mulher no terreno das trocas simbólicas, das relações de produção e reprodução do capital simbólico, cujo dispositivo central é o mercado matrimonial, que está na base de toda a ordem social: as mulheres só podem aí ser vistas como objetos, ou melhor, como símbolos cujo sentido se

constitui fora delas e cuja função é contribuir para a perpetuação ou o aumento do capital simbólico em poder dos homens. (BOURDIEU, 2003, p. 55)

Há de se destacar que os homens de um modo geral, independentemente de sua orientação sexual, no que tange à performatividade, também têm as suas masculinidades afetadas no processo de construção social de gênero.

O ato de *esculpir* vem do latim *sculpere*, lavrar figuras, cinzelar ornamentos em materiais duros; assim, esculpir um “macho viril” resvala-se em um devir, em um tornar-se que ascende o debate sobre as narrativas de naturalização de subjetividades. Isso posto, como assinala Da Silva (2000, p. 13), na contemporaneidade, “(...) é simplesmente impossível conceber uma hegemonia frente às nossas identidades, porque elas não são fixas, imutáveis, pelo contrário, elas estão constantemente sofrendo mudanças (...)”.

Ainda assim, por meio da operacionalização de ideias, valores, hábitos, uma hegemonia pode ascender-se e sustentar-se tanto pela força quanto pela simbologia, e as instituições responsáveis por promover essa normatização atuam de maneira organizada e engenhosa – igrejas, escolas, família, Justiça. (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013).

Nesse contexto, muitos discursos são evocados em vista de uma sistemática fundamentação dos estados de ser operacionalizada por regimes de verdade que promovem nos sujeitos efeitos de constrangimento, embora já se perceba um movimento de libertação na ordem de produção das subjetividades. Os tipos de discurso que dada conjuntura social abarca e torna funcionais e verdadeiros, ao passo que sancionam e diferenciam determinados enunciados, lançam mão de mecanismos e procedimentos que desqualificam outros (Cf. FOUCAULT, 1977).

Firma-se uma ideia de verdade que subjaz a escolha, porquanto se impõe como norma de conduta e submete o sujeito a discerni-la, absorvê-la enquanto único regramento do existir. Contudo, por meio dessa ideologia também subsiste a possibilidade de subvertê-la pela ordem da transgressão, no movimento de enfrentamento à dominação do regime contemporâneo da verdade (Cf. LORENZINI, 2016).

O discurso constrói o conhecimento, regulando-o por meio da produção de categorias e conjuntos de textos, sobretudo por autorizações e/ou proibições, por regularidades e dispersões. Assim o são os discursos científicos no processo de naturalização das diferenças de gênero, das

identidades masculinas e femininas, devidamente costuradas a significados, a interpretações de modos de ser, de agir, de pensar.

[...] quando os gêneros são narrados, descritos cientificamente, por meio da linguagem, temos, aí, uma “realidade” biológica sendo produzida *discursivamente* e não apenas um relato do que é. O discurso está, portanto, instituindo a existência de masculinidade e de feminilidades e narrando como devem ser interpretadas essas características. (FREITAS; CHAVES, 2013, p. 132)

Por entre narrativas e discursos, é no ato de produzir subjetividades que as masculinidades e as feminilidades são talhadas em um intenso jogo de poder e de saber, devidamente operacionalizado por mecanismos de controle, de vigilância. E, como assinala Foucault (2008), os discursos constituem-se um conjunto de regras da prática discursiva, forjada sob condições que propiciam sua existência e que são dadas em arenas de desigualdades, em que o discurso é atravessado pelo poder (Cf. FREITAS; CHAVES, 2013).

Importa dizer que tais desigualdades não se restringem ao binômio homem-mulher, mas entre homens e entre mulheres, porquanto subsistem engendros de categorização de performatividades que estabelecem superioridades e inferioridades com base em um referencial de masculinidade. Nessas operações de poder, masculinidades contra hegemônicas e dissidentes manifestam-se por subjetividades disruptivas, fragmentando a pretensa singularidade de uma masculinidade hegemônica. (Cf. CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013).

Poder que, segundo definição de Foucault (2006), é uma ação sobre outra ação possível, que se estabelece numa relação entre os indivíduos. Nesse sentido, trata-se de domínios que regulam condutas, atitudes, gestos e modos de pensar, valendo-se de uma pretensa hierarquia de gênero, e que por essa se articulam estereótipos e preconceitos em relação à dissidência. Tomando-se como exemplo o movimento de liberação gay, por exemplo, na altura da década de 1970, a opressão que homens heterossexuais perpetravam sobre os homens homossexuais já ascendia as discussões acerca de uma hierarquia das masculinidades (Cf. ALTMAN, 1972; CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013).

O masculino estrutura-se por meio de uma visualidade hierarquizada das relações antagônicas entre homem e mulher, perpassada por códigos de virilidade que separam qualidades de quem as possui e de quem não as detêm. O processo de subjetivação que Foucault descreve alinha-se a uma dinâmica tanto criativa quanto reativa à sujeição, porquanto, ao

mesmo tempo em que se enceta uma contra-conduta, entabulam-se novas subjetividades (Cf. BUTLER, 2009).

Tomando-se o patriarcalismo como referencial normativo de um sem-número de sociedades, pode-se afirmar que a masculinidade que se presume hegemônica ocupa lugar de destaque por entre os mecanismos de produção, de reprodução e de reforço dessa soberania, a exemplo dos meios midiáticos que delineiam os modelos tanto de masculinidade quanto de feminilidade. No entanto, há de se evidenciar que a masculinidade não se constitui somente em uma concepção cultural de um elemento natural, trata-se de um *continuum* de vigilância sobre a manutenção de um *status quo* masculino (Cf. RIOS, 2020).

No percurso de interposição de um padrão, emergem novas produções no que tange às cercanias identitárias e/ou subjetivas, as quais põem em xeque o modelo do macho viril (Cf. KOHN, 2014), ascendendo as sensibilidades e as singularidades de homens no caminho do enfrentamento a uma conduta prescrita pelo patriarcado. Entre discursividades que enredam as singularidades em um corpo social, as masculinidades convergem e divergem no processo de construção das subjetividades, expandindo o rol de possibilidades de ser (Cf. GAMA, 2016).

### **3. Considerações finais**

Na intersecção das leituras aqui realizada, foram retomados debates sobre a sexualidade enquanto dispositivo discursivo de poder e sobre identidades e diferenças no processo discursivo de construção de masculinidades. A partir dos postulados de Foucault e de Bourdieu, foi possível perceber o funcionamento dos movimentos de padronização de subjetividades que abalizam o corpo social, sobretudo na operacionalização de instrumentos disciplinares de domesticação do comportamento humano, e que institui segregações e categorizações de corporeidades à tímica da normalidade/anormalidade.

Por entender que a experiência de si se constrói a partir das variações singulares em uma subjetividade em intensa e intermitente reinvenção (invenção de si com e através do outro), ou seja, o sujeito é um eterno devir; importante é compreendê-lo enquanto composto de variações que se circunscreve ontológica e contingencialmente em modos peculiares de ser, de saber e de poder.

No que tange à dissidência de gênero, pontua-se que tal contingência se perfaz em re/existências (como prática da liberdade), na constituição de alteridades, na transgressão aos ditos e aos não-ditos do outro, nas relações do devir, em detrimento do ser e do não ser. Das prescrições aos regramentos, operam-se pretensas naturalizações do “ser homem” por discursos inquisitórios que, na esteira da catequização, prescrevem os ritos de masculinidade que, na ignorância de uma perseguida universalidade, tentam sistematicamente suplantar a pluralidade e, historicamente, esquematizar a performance do “homem viril”.

No tocante à epítome do devir masculino, ao qual se engendram os sistemas patriarcal e “viriarcal”, o discurso, na regulação das categorias de conhecimento e das autorizações, promove cerceamentos, apagamentos e silenciamentos, mormente pela corroboração de performatividades filiadas à ideologia da dominação masculina.

Entre “Seja homem!”, “Anda como homem!”, “Vira homem de verdade!”, são encenadas performances do ser, do agir e do devir na seara de imperativos de masculinidade, que transitam pelos ritos, pelos mitos, pelos estereótipos através do tempo e das sociedades, forjando cicatrizes, enterrando subjetividades ao passo que também acabam incitando os movimentos de resistências, tanto no terreno da dissidência de gênero quanto no da homoafetividade.

Dessarte, a hegemonia e a hierarquia de gênero constituem-se coeficientes fundamentais de uma pseudojustificação dos imperativos de masculinidade sobre os mais diferentes corpos. Conclui-se que as subjetividades dissidentes são marcadas por uma pretensa masculinidade hegemônica, que se alicerça e se legitima simbolicamente por discursividades que se inscrevem em uma heteronorma excludente.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEAUVOIR, S. de. *O segundo sexo*. Trad. de Sérgio Milliet, v. 2. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 1949.

BOURDIEU, P; *A dominação masculina*. 3. ed. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 2003.

BUTLER, Judith. Critique, Dissent, Disciplinary. *Critical Inquiry*, v. 35, p. 773-95, 2009.

BUTLER, J. *A vida psíquica do poder: teorias da sujeição*. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

CONNELL, Robert W.; MESSERSCHMIDT, James W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito repensando o conceito. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 241-82, jan.-abr. 2013.

FARAH, M. Gênero e políticas públicas. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 12(1): 360, jan-abr., 2004.

FOUCAULT, Michel. The Political Function of the Intellectual. *Radical Philosophy*, v. 17, p. 12-14, 1977.

GAMA, Juliana F. A. “Né Homem Não?” – *Retratos das Masculinidades: entre as singularidades e a hegemonia*. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016. 132f.

LORENZINI, Daniele. Foucault, Regimes of Truth and the Making of the Subject. In: CREMONESI, L. *et al.* (Eds). *Foucault and the Making of Subjects*. London: Rowman & Littlefield, 2016. p. 63-75 [N. T.]

MIRANDA, T. L.; SCHIMANSKI, E. Relações de gênero: algumas considerações conceituais. In: FERREIRA, A.J. (Org.). *Relações étnico-raciais, de gênero e sexualidade: perspectivas contemporâneas* [online]. Ponta Grossa: UEPG, 2014. p. 66-91

MUNIZ JR, José de S.; BARBALHO, Alexandra A. Entre a diversidade e o antagonismo práticas articulatórias da discursividade LGBT no Ministério da Cultura. *RBCS*, v. 35, n. 102, p. 1-18, 2020: e3510209.

PIRES, Anderson M.; ROCHA, Weslwy H. A. da (org.). *Gênero e sexualidade: [Recurso eletrônico]: resistências dissidentes na contemporaneidade*. Catu: Bordô-Grená, 2021.

RIOS, Pedro P S. Práticas pedagógicas e a construção de masculinidades/homossexualidades na escola. In: SILVA, A.L.G. da; SILVA, J.J.C.; AMAR, V. (Orgs). *Interseccionalidades em pauta: gênero, raça, sexualidade e classe social*. Salvador: EDUFBA, 2020. p. 357-83